

**FACULDADE DE ARARAQUARA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM INSTITUIÇÕES  
DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**



**VINÍCIUS VIEIRA COUTO**

**DA POSSIBILIDADE OU NÃO DA APLICAÇÃO  
DE OFÍCIO PELOS TRIBUNAIS DE TESE  
SUBMETIDA AO RITO DO ART. 543-C DO CPC**

**MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Brasília-DF  
2014**

**FACULDADE DE ARARAQUARA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM INSTITUIÇÕES  
DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**



**VINÍCIUS VIEIRA COUTO**

**DA POSSIBILIDADE OU NÃO DA APLICAÇÃO  
DE OFÍCIO PELOS TRIBUNAIS DE TESE  
SUBMETIDA AO RITO DO ART. 543-C DO CPC**

**Monografia apresentada como exigência  
parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Instituições de Direito Público  
e Privado, sob a orientação do Prof. Rafael  
Vasconcelos de Araújo Pereira**

**Brasília-DF  
2014**

Couto, Vinícius Vieira

Da possibilidade ou não da aplicação de ofício pelos tribunais de tese submetida ao rito do art. 543-C do CPC / Vinícius Vieira Couto. – 2014.

00p. ; 30cm.

Orientador: Rafael Vasconcelos de Araújo Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação) – Faculdade de Araraquara, Instituições de Direito Público e Privado, 2014.

1. Direito 2. Recurso Repetitivo 3. Aplicação de ofício.  
I. Pereira, Rafael Vasconcelos de Araújo, orient. II. Título.

**VINÍCIUS VIEIRA COUTO**

**DA POSSIBILIDADE OU NÃO DA APLICAÇÃO  
DE OFÍCIO PELOS TRIBUNAIS DE TESE  
SUBMETIDA AO RITO DO ART. 543-C DO CPC**

**Esta monografia foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Especialista  
em Instituições de Direito Público e Privado pela Faculdade de Araraquara.**

Brasília-DF, 31 de julho de 2014.

---

**Professor Rafael Vasconcelos de Araújo Pereira**

## RESUMO

A Lei nº 11.672, de 8 de maio de 2008, alterou o Código de Processo Civil, para nele inserir o artigo 543-C, que trata do rito dos recursos repetitivos, permitindo sejam são denegados os recursos que atacam decisões proferidas no mesmo sentido dos julgados submetidos a esse rito. O escopo dessa alteração legislativa foi o de conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa. Tribunais, na amplitude com que o recurso de apelação devolve o conhecimento da causa do juízo inferior ao superior, aplicaram ao julgamento tese pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento submetido ao rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, porém não apreciada na instância inferior nem alegada por qualquer das partes. Da análise das garantias do contraditório e da ampla defesa, bem como da limitação da cognição pelo Tribunal pelo efeito devolutivo do recurso de apelação, concluiu-se que, excetuando-se as questões cognoscíveis de ofício, a aplicação da tese de recurso repetitivo a fatos jurídicos não impugnado pela parte caracteriza julgamento *extra petita*.

Palavras-chave: recurso repetitivo; racionalidade; celeridade; contraditório; ampla defesa; recurso de apelação; devolutividade; limites da cognição; matéria de ordem pública; julgamento *extra petita*; nulidade.

## **ABSTRACT**

The Law number 11,672, of May 8th, 2008, amended the Code of Civil Procedure in order to include Article 543-C, which is the rite of repetitive appeals, allowing the magistrate to rule against appeals that attack rullings identical to the judged undergoing this rite. The scope of this legislative change was to confer rationality and celerity to the service of justice, without, however, injuring the right to contradictory and ample defense. Courts, in the the extent to which the appeal returns the knowledge of the cause of the lower to the higher court, applied the pacified thesis by the Brazilian High Court of Appeals, under the the rite of art. 543-C of the Code of Civil Procedure, to trials in which the thesis was not appreciated by the lower ruller or alleged by any party. The analysis of warranties of the contradictory and ample defense, as well as the limitation of cognition of the Court by the devolutive effects of the appeal, concluded that, except as cognizable legal issues, the application of a rulling that underwent repetitive appeals rite to appeals in which in which the thesis was not appreciated by the lower ruller or alleged by any party constitutes extra petita rulling.

**Keywords:** repetitive appeals; rationality; celeridade; celerity; contradictory and ample defense; limits to the analysis of the court; cognizable legal issues extra petita rulling; nullity.

Sumário

Introdução

1. Dos Recursos Repetitivos

1.1 Estudo de caso de aplicação de tese de recurso repetitivo pelos Tribunais

2. Do contraditório e da ampla defesa (*mens legis* da exposição de motivos da lei 10.672/08)

3. Da devolutividade do recurso de apelação

4. Da aplicação pelos tribunais de tese submetida ao rito do art. 543-C do CPC

Conclusão

Referências

Apenso

## INTRODUÇÃO

A escolha do tema do presente trabalho baseia-se na observação de que, após a entrada em vigor da Lei nº 11.672, de 8 de maio de 2008, que alterou o Código de Processo Civil, para nele inserir o artigo 543-C, que trata do rito dos recursos repetitivos, casos houve em que Tribunais, na amplitude com que o recurso de apelação devolve o conhecimento da causa do juízo inferior ao superior, aplicaram ao julgamento tese pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento submetido ao rito do Art. 543-C do Código de Processo Civil (recursos repetitivos), porém não apreciada na instância inferior nem alegada por qualquer das partes.

A pesquisa, que agora se propõe, mostra-se relevante na medida em que se buscará responder os limites para a atuação e em que hipóteses os Tribunais Estaduais e Regionais podem, na amplitude e profundidade com que o recurso de apelação devolve o conhecimento da causa do juízo inferior ao superior, aplicar ao julgamento tese pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento submetido ao rito do Art. 543-C do Código de Processo Civil (recursos repetitivos).

Pretende-se demonstrar se, para matérias pacificadas sob o rito do art. 543-C do CPC, a extensão do efeito devolutivo na apelação, em suas dimensões horizontal e vertical, é ou não limitada às questões cognoscíveis de ofício, bem como pelas aduzidas pelo demandante e pelo demandado em suas impugnações e pelas abordadas na Sentença objeto do recurso de apelação.

Dessa forma, inicialmente, faremos exposição dos motivos determinantes para a criação do instituto do recurso repetitivo, bem como breve análise de seu procedimento de julgamento.

Em seguida, faremos o estudo de um julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no qual tese submetida a julgamento sob o rito dos recursos repetitivos foi aplicada.



Posteriormente, estudaremos as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como da forma com que a amplitude da devolutividade do recurso de apelação interfere no escopo do conhecimento pelo tribunal *ad quem*.

Por fim, estudaremos como as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa e efeito devolutivo do recurso de apelação interferem no conhecimento do Tribunal e as consequências da aplicação da tese do recurso repetitivo analisado ao caso concreto.

## **1. DOS RECURSOS REPETITIVOS**

Criado pela Constituição da República de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), guardião do direito federal, em sua missão de uniformizar a interpretação da legislação infraconstitucional, busca desde sua criação otimizar o julgamento dos recursos de sua competência.

Assim, nossa legislação processual vem sendo, constantemente, reformada como uma das formas de se debelar o que se costuma designar de crise da justiça.

Com inspiração no procedimento previsto na Lei nº 11.418/06, que criou mecanismo simplificando o julgamento de recursos múltiplos fundados em idêntica matéria no Supremo Tribunal Federal, a análise de recursos especiais repetitivos, quanto à questão combatida, ganhou um novo procedimento desde a edição da Lei nº 11.672/08, que alterou o Código de Processo Civil (CPC), para nele inserir o artigo 543-C.

Nesse contexto, relevante trazer a debate os motivos constantes na exposição do Projeto de Lei 1.213/07 – posteriormente convertido na Lei nº 11.672/08 –, que, baseado na sugestão do Ministro Athos Gusmão Carneiro a fim de solucionar o excesso de demanda no STJ, aduziu à época se fazer necessária a alteração do sistema processual brasileiro com o escopo de conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Pela alteração legislativa introduzida no CPC, havendo multiplicidade de recursos especiais fundados na mesma matéria, um ou mais processos representativos da controvérsia são selecionados e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, suspendendo-se a tramitação dos demais recursos idênticos até o pronunciamento definitivo dessa Corte.

Sobrevindo a decisão da Corte Superior, são denegados os recursos que atacam decisões proferidas no mesmo sentido. Os recursos suspensos pelo STJ serão julgados conforme o entendimento esposado no acórdão do recurso representativo de controvérsia.

Quanto aos recursos suspensos pelo tribunal de origem, caso a decisão recorrida contrarie o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, é dada oportunidade de retratação aos órgãos colegiados de origem, devendo-se retomar o trâmite do recurso, caso a decisão recorrida seja mantida.

Mais recentemente, a Corte Especial do STJ, na Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP, Relator para acórdão Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, acrescentou à interpretação desse novo regramento o entendimento de ser incabível agravo de instrumento ou agravo em recurso especial contra decisão que nega seguimento a Recurso Especial com fulcro no artigo 543, § 7º, I do Código de Processo Civil, mas, apenas, agravo regimental no Tribunal *a quo* para sanar eventual equívoco na aplicação, *in concreto*, da tese consagrada por essa Corte Superior em sede de recurso especial repetitivo<sup>1</sup>.

Assim, permite-se, no julgamento dos recursos especiais repetitivos, a análise, em abstrato, de questões que tenham grande volume de demandas com o mesmo objeto em discussão no Poder Judiciário e que são reiteradamente conduzidas à apreciação do Superior Tribunal de Justiça, assentando-se o seu entendimento e orientando a atuação das instâncias ordinárias.

Apenas a título de amostragem, números extraídos do sítio eletrônico [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br) demonstram a evolução crescente do número de recursos distribuídos. No ano de 1989, foram distribuídos aos Ministros da Corte 6.103 processos; já em 1999, a distribuição alcançou 118.977; em 2004, a distribuição saltou para 215.411; e, em 2008 (ano da entrada

---

<sup>1</sup> AgRg no AREsp 250.950/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 25/03/2014.

em vigor da alteração introduzida pela Lei nº 11.672), foram distribuídos 277.449.

Nos anos seguintes, essa tendência de crescimento exponencial no número de processos submetidos à análise do STJ não se repetiu, tendo em vista que foram recebidos no Tribunal, nos cinco anos posteriores, 292,103 (2009), 223,192 (2010), 304,224 (2011), 262.567 (2012) e 299.820 (2013) processos.

Da análise dos números acima apresentados, pode-se inferir que o instituto do recurso repetitivo alcançou um dos objetivos para o qual foi criado, qual seja, conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional.

## **1.1 ESTUDO DE CASO DE APLICAÇÃO DE TESE DE RECURSO REPETITIVO PELOS TRIBUNAIS**

Conforme dito anteriormente, o escopo da alteração do sistema processual, com a adoção do recurso repetitivo, foi o de conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Contudo, casos houve em que Tribunais, buscando da maior celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, aplicaram a julgamentos tese pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento submetido ao rito do Art. 543-C do Código de Processo Civil (recursos repetitivos), porém não apreciada na instância inferior nem alegada ou impugnada por qualquer das partes.

Traz-se, a título ilustrativo desse tipo de ocorrência, a análise do julgamento da Apelação Cível 20120110236610 APC, realizado pela egrégia Sexta Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Narra a ilustre relatora, Desembargadora VERA ANDRIGHI, que os autos da referida APC tratam de ação de conhecimento ajuizada por uma cliente em desfavor de instituição bancária com a qual firmou acordo de parcelamento de dívida de seu cartão de crédito.

Entre os pedidos constantes da petição inicial, houve expresso requerimento de que fosse declarada abusiva a capitalização mensal dos juros, com a devida aplicação dos juros simples. Segundo a narrativa constante no acórdão, o réu, em sua contestação, limitou-se a afirmar que a capitalização de juros é permitida.

Diante acolhimento do pedido da autora com o afastamento da cobrança de juros capitalizados pelo Magistrado de piso, a instituição bancária, em seu recurso de Apelação, apesar de ter destacado a legalidade da capitalização de juros, autorizada pelo art. 5º da MP 2.170-36/01, vigente quando da assinatura do contrato, afirmou não capitalizá-

los mensalmente e teceu considerações sobre a aplicação da Tabela Price.

Em vista do panorama descrito, o citado colegiado do TJDFT, considerando que o contrato em análise foi celebrado no ano de 2009 e que a taxa de juros anual (425,46%) era superior ao duodécuplo da mensal (13,49%), considerou improcedente a alegação de que os juros foram capitalizados de forma irregular e aplicou à hipótese a tese pacificada pela Segunda Seção do STJ no Recurso Especial nº 973.827/RS, relatora para acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, com publicação no DJe em 24/09/2012, segundo a qual “A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada”.

Desta feita, verifica-se que o entendimento pacificado no julgamento do recurso repetitivo foi aplicado pela ilustre Desembargadora relatora, à hipótese dos autos, com a análise fatos até então não discutidos, vez que a questão não foi suscitada por nenhuma das partes nem decidida pela sentença recorrida, e até mesmo diante da afirmação peremptória da instituição bancária de que não capitaliza os juros mensalmente.

A questão que agora se coloca e que se buscará responder no presente trabalho é: podem os tribunais aplicar de ofício tese submetida ao rito do art. 543-C do CPC ou, em assim agindo, deixa o Poder Judiciário de oportunizar à parte o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa quanto à questão?

## 2. DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA (*MENS LEGIS DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA LEI 10.672/08*)

A garantia de que, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, foi constitucionalizada pelo art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.

O brilhante Ministro Gilmar Mendes, ao comentar a pretensão à tutela jurídica, que corresponde exatamente à garantia consagrada no art. 5º, LV da Constituição Federal, registra que a Corte Constitucional alemã assinala que *essa pretensão envolve não só o direito de manifestação e o direito de informação sobre o objeto do processo, mas também o direito de ver os seus argumentos contemplados pelo órgão incumbido de julgar.*

Assevera, ainda, que essa garantia constitucional contém os direitos de informação, de manifestação e de ver seus argumentos considerados. O primeiro obriga o órgão julgador a informar à parte contrária os atos praticados no processo e sobre os elementos dele constante. O segundo direito assegura ao defendente a possibilidade de manifestar-se oralmente ou por escrito sobre os elementos fáticos e jurídicos constantes do processo. O derradeiro, por seu turno, exige que do julgador capacidade de apreensão e isenção de ânimo para contemplar as razões apresentadas <sup>2</sup>.

A garantia do contraditório é composta por dois elementos essenciais, tendentes a assegurar a igualdade de ambas as partes da lide e possíveis reações contra decisões, sempre que desfavoráveis<sup>3</sup>: a informação e a reação. Somente por meio de um processo dialético, formando ele sua síntese através da *soma da parcialidade das partes*

---

<sup>2</sup> MENDES, Gilmar Ferreira et alii. Curso de Direito Constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1., p. 591.

<sup>3</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria geral do processo e processo de conhecimento. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 1, p. 82.

(uma representando a tese e a outra a antítese), no qual o interessado tem o direito de se manifestar no processo, contraditando (contradizendo) as argumentações que lhe sejam contrárias, pode o juiz pode proferir uma sentença <sup>4</sup>.

A ampla defesa, produzida pelos meios e elementos totais de alegações e provas no tempo processual oportunizado pela lei, trata do direito da parte defender-se das acusações da maneira mais livre e ampla possível <sup>5</sup>.

Além da análise das garantias do contraditório e da ampla defesa, para se alcançar o objetivo do estudo ora proposto, necessário se faz perscrutar de que forma a amplitude da devolutividade do recurso de apelação interfere no escopo do conhecimento pelo tribunal *ad quem*.

---

<sup>4</sup> CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. Teoria Geral do Processo. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 61.

<sup>5</sup> BONFIM, Edílson Mougenot. Curso de Processo Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, 75.



### 3. DA DEVOLUTIVIDADE DO RECURSO DE APELAÇÃO

A apelação, recurso de cognição ampla, possibilita ao jurisdicionado pedir ao tribunal *ad quem* que corrija os *erros in iudicando* (referentes à injustiça da sentença por erro de fato ou de direito cometido pelo julgador na solução dada à causa) e também os *erros in procedendo* (relacionados à validade da sentença por vícios intrínsecos ou extrínsecos ocorridos no curso do processo) que o provimento jurisdicional possa conter <sup>6</sup>.

Esta ampla cognição do citado recurso permite que se impugne a ilegalidade ou a injustiça da sentença, bem como propicia o reexame de toda a prova produzida no processo.

Nos termos do artigo 515, *caput* e §§ 1º e 2º, do CPC, o Recurso de Apelação devolve ao Tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro. Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

Trata-se, portanto, do efeito devolutivo da apelação, que, ao transferir ao órgão *ad quem* o conhecimento da matéria julgada em grau inferior de jurisdição <sup>7</sup>, coloca o tribunal nas mesmas condições em que se encontrava o juiz no momento de decidir.

Todavia, conforme os ensinamentos de Cândido Rangel Dinamarco, o dispositivo legal *atribui ao recorrente ônus de pedir ao tribunal tudo quanto pretenda haver dele, sob pena de o recurso não operar toda a devolução em tese possível e, portanto, não poder o órgão*

---

<sup>6</sup> NERY JUNIOR, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2010, p. 887.

<sup>7</sup> BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de Processo Civil, v. V. 12.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 258.

*ad quem decidir sobre tudo quanto pudesse interessar a quem recorre*<sup>8</sup>, limitando-se, assim, sua atuação aos limites da matéria impugnada pelo apelante nas suas razões de recurso.

Assim, sem provocação da parte, a prestação jurisdicional não pode perfilhar pronunciamento incongruente com as razões do recurso, desbordando-se dos limites do efeito devolutivo – aferido pela extensão da impugnação –, em desarmonia com o estatuído no caput do art. 515 do CPC<sup>9</sup>.

Ou seja, é a parte recorrente quem determina o escopo do recurso, de acordo com o princípio do dispositivo e da imparcialidade. Nesse contexto, segundo a regra *iudex iudicare debet secundum allegata probata*, a atuação do Estado para realizar os interesses individuais tutelados pelo direito material depende da vontade do seu titular, o particular. Cabe a este invocar, ou não invocar, um fato jurídico de que crê decorrer seu direito<sup>10</sup>.

Por força do princípio do *tantum devolutum quanto appellatum*, o Tribunal não pode decidir fora dos limites fixados nas razões recursais<sup>11</sup>. Segundo esse princípio, em sua dimensão horizontal, que é estabelecida a partir das questões impugnadas pelo recorrente, o órgão julgador deve discutir e dirimir as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas, não estando este autorizado a julgar questões estranhas ao recurso.

Essa regra é resultado lógico do princípio da demanda, ou da inércia, que orienta que só à parte incumbe acionar a atividade

---

<sup>8</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. Nova era do processo civil. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

<sup>9</sup> EDcl no REsp 856.509/ES, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 03/05/2010.

<sup>10</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades do processo e da sentença. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 298.

<sup>11</sup> REsp 1144069/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 10/10/2013.

jurisdicional, definindo, por meio dos pedidos, os contornos da tutela que pretende obter do Estado-juiz <sup>12</sup>.

Pode também o tribunal, pelo princípio do *tantum devolutum quanto appellatum*, conhecer das questões suscitadas em sua dimensão vertical – em sua profundidade, por muitos considerada como efeito translativo dos recursos <sup>13</sup> –, desde que dentro do conjunto de questões deduzidas <sup>14</sup>, ainda que não apreciadas pelo juízo sentenciante, ou que, ultrapassada a admissibilidade do apelo, sejam matéria de ordem pública, cognoscível de ofício a qualquer tempo na instância ordinária <sup>15</sup>, como é o caso das nulidades absolutas, das condições da ação, dos pressupostos processuais e das demais matérias a que se referem o § 3º do art. 267 e § 4º do art. 301.

O mestre Araken de Assis ensina que, se o efeito translativo abrange questões dessa ordem não decididas ou decididas, mas não impugnadas através de agravo, é tema secundário, hoje relegado à problemática do alcance subjetivo da preclusão, haja ou não agravo <sup>16</sup>.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Cautelar 112/RN, de relatoria do ilustre Ministro Cezar Peluso, julgada em 01/12/2004, assentou que, para o fim de se demarcar a profundidade ou o

---

<sup>12</sup> BATISTA DA SILVA, Ovídio. Curso de Processo Civil. 6ª ed. V. I. São Paulo: RT, 2002, p. 63.

<sup>13</sup> "Idéia cada vez mais influente, e progressivamente acatada, reúne noutro efeito, chamado de translativo, todas as questões passíveis de conhecimento ex officio pelo órgão ad quem, porque imunes à preclusão. Tais questões respeitam aos pressupostos processuais (de regra, excluindo os impedimentos) e às condições da ação. Formam, assim, categoria à parte. Se o efeito translativo abrange questões dessa ordem não decididas, conforme dispõe a nova redação do art. 516, aludindo às 'questões anteriores à sentença', ou decididas, mas não impugnadas através do agravo, é tema secundário, hoje relegado à problemática do alcance subjetivo da preclusão, haja ou não agravo" Araken de Assis. Manual dos Recursos, Editora Revista dos Tribunais. 4ª edição, pág 251.

<sup>14</sup> BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de Processo Civil. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. V. p. 430.

<sup>15</sup> "A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, na instância especial, é vedado o exame ex officio de questão não debatida na origem, ainda que se trate de matéria de ordem pública, como a prescrição." AgRg nos EDcl nos EAg 1127013/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/11/2010, DJe 23/11/2010.

<sup>16</sup> ASSIS, Araken de. Efeito devolutivo da apelação. In: Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 3, n. 13, p. 141-160, set./out. 2001, p. 148.

corde vertical da devolução, em nada diferem as questões de ordem pública dos demais pontos controvertidos no processo, mas consignou expressamente que o tribunal só conhecerá daquela matéria cuja solução serviu ou devia servir de fundamento do capítulo ou dos capítulos decisórios impugnados pelo recurso, salvo as concernentes a vícios do processo ou da sentença, das quais deverá conhecer *ex officio* para anular ou extinguir o processo.

Prosseguindo na análise da questão, a Suprema Corte definiu que, no que toca aos capítulos da sentença, o poder de conhecimento do tribunal cinge-se ao que lhe tenha sido expressamente devolvido por força do recurso (art. 515, caput, do CPC). Quanto aos capítulos devolvidos, o órgão recursal tem o poder de conhecer de todas as questões a eles respeitantes, contidas nos fundamentos invocados no processo tanto pelo autor quanto pelo réu (art. 515, §§ 1º e 2º, do CPC).

O órgão recursal tem inteira liberdade para o reexame das questões de fato e de direito debatidas na causa – dentre as quais as de ordem pública –, desde que se atenha aos precisos limites da parcela impugnada do conteúdo decisório da sentença, isto é, dos seus capítulos decisórios impugnados <sup>17</sup>.

Na profundidade do efeito devolutivo, a devolução é amplíssima. Além das questões efetivamente discutidas e julgadas, o Tribunal examinará no apelo, em primeiro lugar, tudo que lhe tocar resolver *ex officio*, bem como o que o juiz de primeiro grau, apesar da iniciativa e da discussão promovida pelas partes, abstraiu do seu pronunciamento <sup>18</sup>.

No entanto, há estreita relação entre a iniciativa da parte e os limites impostos ao julgamento do apelo no órgão *ad quem* <sup>19</sup>. Desse modo, sendo vedado à parte inovar na apelação, e, quando autorizada

---

<sup>17</sup> AC 112/RN, Rel. Ministro CEZAR PELOSO, julgado em 01/12/2004, DJ 04/02/2004, p. 07.

<sup>18</sup> ASSIS, Araken de. Efeito devolutivo da apelação. In: Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 3, n. 13, p. 141-160, set./out. 2001, p. 155.

<sup>19</sup> ASSIS, Araken de. Efeito devolutivo da apelação. In: Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 3, n. 13, p. 141-160, set./out. 2001, p. 149.

(art. 517 do CPC), somente pode fazê-lo em relação àquelas questões que dizem respeito a fatos, insuscetíveis de exame *ex officio*, parece-nos que, ausentes a impugnação específica do autor e o pronunciamento emitido em primeiro grau, constitui grave *error in procedendo* o juízo recursal dar coisa diversa do postulado no pedido de nova decisão, quando da interposição do recurso.

Desta feita, omitida impugnação específica pela parte, não cabe ao Tribunal se manifestar sobre questões de fato, uma vez que isso não é legitimamente contido no princípio *iura novit curia*, que permite ao magistrado qualificar juridicamente somente os fatos trazidos ao seu conhecimento.

Desgarrando-se, portanto, o juiz os lindes fixados pelas partes, haverá nulidade da sentença, que, como ato jurídico processual, pode ser nula, anulável ou rescindível<sup>20</sup>.

Analizadas essas questões, parece-nos possível verificar com propriedade a aplicação pelos tribunais de tese submetida ao rito do art. 543-C do CPC.

---

<sup>20</sup> MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, t. 6, p. 141.

#### **4. DA APLICAÇÃO PELOS TRIBUNAIS DE TESE SUBMETIDA AO RITO DO ART. 543-C DO CPC**

Ao tratar do preceito legal contido no artigo 285-A do CPC, Tereza Arruda Alvim Wambier defende que a interpretação literal e assistemática do preceito legal em questão – que permite ao juiz proferir sentença de improcedência nos casos em que a controvérsia diga respeito a questões de direito, quando o esse magistrado já houver proferido outros julgados de total improcedência em casos idênticos – deve ser afastada, devendo-se fazê-la em conjunto com outras normas jurídico-processuais relativas ao tema<sup>21</sup>.

Assim sendo, para que se verifique a identidade a respeito de questões de direito, os fundamentos jurídicos integrantes da causa de pedir e do pedido de tais ações também devem ser idênticos, permitindo-se que a motivação e o dispositivo da sentença anteriormente proferida se ajustem perfeitamente aos fundamentos da nova ação.

Entendemos que, quando da análise e da aplicação pelos tribunais de tese submetida ao rito do art. 543-C do CPC, que trata de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, deve ser adotada a mesma interpretação com outras normas jurídico-processuais relativas ao tema.

Desse modo, os recursos a serem denegados ou providos, por haver decisão proferida no mesmo sentido de julgados conforme entendimento esposado no acórdão do recurso representativo de controvérsia, não podem ter argumento ou fundamento diverso, sob pena de, além de constituir grave ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o acórdão resultante do julgado ser omissos ou ser proferido fora ou além do pedido.

No estudo de caso apresentado no início deste trabalho, o acórdão adotou posição quanto à amplitude de devolução, inscrita no art.

---

<sup>21</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades do processo e da sentença. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 119.

515, § 1º do CPC, dissociada do comando do caput do dispositivo, ou seja, apreciou fundamento jurídico colhido do conjunto fático dos autos, sem que a questão fosse devolvida, mediante direta impugnação no apelo, o que, por si só, já ofende os princípios constitucionais que constituem a *mens legis* da lei nº 11.672, de 8 de maio de 2008.

Efetivamente, a instituição bancária, em seu recurso de Apelação, apesar de ter destacado a legalidade da capitalização de juros, autorizada pelo art. 5º da MP 2.170-36/01, vigente quando da assinatura do contrato, impugnou exclusivamente a questão sobre a legalidade da aplicação da Tabela Price e afirmou categoricamente não capitalizar mensalmente os juros. Da impugnação apresentada, não constou uma palavra sequer a respeito de a taxa de juros anual ser superior ao duodécuplo da mensal.

Na hipótese, o Tribunal valeu-se de fundamentação jamais suscitada e debatida, trazendo matéria estranha ao apelo – taxa de juros anual ser superior ao duodécuplo da mensal –, acabando por desconsiderar o princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, em sua dimensão vertical, que, excetuando-se questões suscetíveis de exame *ex officio*, somente autoriza o magistrado conhecer e qualificar juridicamente fatos alegados pelas partes.

E, em assim fazendo, mesmo que se trate da aplicação de tese submetida ao rito do art. 543-C do CPC, o órgão julgador foi além do que lhe devolveu a apelação, contrariando, deste modo, o art. 515 do Código de Processo Civil, que não autoriza o exame de questão não suscitada e discutida no processo nem impugnada na apelação.

Conforme já exaustivamente discutido, a amplitude da devolução está limitada pela impugnação, sendo certo que, na sentença, não se discutiu a causa segundo essa tese nem foi ela objeto do recurso de apelação, o que significa que não fora a mesma discutida em nenhum momento prévio.

Dentre os atos processuais nulos, *extra petita* é o provimento que concede ao autor bem diverso do pedido, ou se baseia em causa de

pedir não alegada; *ultra petita*, quando produz efeitos mais amplos do que os do pedido; *infra petita*, quando não se pronuncia acerca de todas as questões ou pedidos.

No caso sob análise, a recorrente teve o momento processual oportuno para se manifestar sobre a questão de fato suscitada no pela ilustre Desembargadora relatora. E deixou transcorrer *in albis* o prazo para se manifestar, por livre e espontânea omissão. O órgão julgador que aprecia questões não impugnadas desrespeita os limites do pedido e julga *extra petita*, sendo nulo portanto.



## CONCLUSÃO

A entrega do provimento jurisdicional no menor tempo possível, de modo a produzir resultados na vida do cidadão, proporciona à sociedade em geral inegável legitimidade e aceitação da atuação do Poder Judiciário. Todavia, deve-se disponibilizar aos jurisdicionados a mais ampla defesa e contraditório possíveis, por meio de um juízo imparcial.

Não obstante o efeito devolutivo da apelação repropor ao Tribunal, com maior ou menor extensão e profundidade, todo o objeto da cognição em primeiro grau, nos dizeres de José Carlos Barbosa Moreira, ao comentar o art. 515 do CPC, *no que tange às questões não apreciadas na primeira instância (nem apreciáveis ex officio), exige o Parágrafo Primeiro que hajam sido “suscitadas e discutidas”. Não basta que uma das partes as tenha arguido é mister que a outra haja impugnado a arguição*<sup>22</sup>.

Dessa forma, mesmo que se trate da aplicação de tese submetida ao rito do art. 543-C do CPC, para uma solução definitiva para a causa, é imprescindível que seja conferido a ambos litigantes o direito ao completo exercício do contraditório e da ampla defesa, pressupostos indeclináveis de realização de um processo justo<sup>23</sup>.

O processualista Humberto Theodoro Júnior bem coloca a questão, no sentido de que *a celeridade da prestação jurisdicional, embora seja uma das garantias fundamentais figurantes nas modernas Constituições dos Estados Democráticos de Direito, não é a única, devendo, por isso mesmo, conviver e harmonizar-se com outras que igualmente merecem igual prestígio constitucional. O ideal, na*

---

<sup>22</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao código de processo civil. 12ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 349.

<sup>23</sup> SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 154.

*implantação do processo justo, é, de fato, que sua duração seja breve, mas sem impedir que o contraditório e ampla defesa se cumpram.*

*O juiz desfruta de autonomia para comandar a marcha do processo e a instrução probatória, mas não lhe é dado decidir questões, nem mesmo aquelas de ordem pública sobre quais pode deliberar de ofício, sem antes passar pelo debate com as partes. Em outras palavras, a concepção democrática do processo moderno, dominada pela participação ativa de todos os seus sujeitos, não tolera que o juiz possa decidir, mesmo de ofício, sem convidar previamente as partes para manifestarem acerca da questão que pretenda dirimir e sem conceder-lhes prazo adequado para preparar suas alegações*<sup>24</sup>.

Assim sendo, na aplicação de tese submetida ao rito do art. 543-C do CPC pelos Tribunais, não se deve nunca deixar de considerar o conjunto de garantias configuradas nos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que elas asseguram às partes a possibilidade de atuar em juízo para produzirem provas, apresentarem razões, recorrerem das decisões e agirem para utilizar todos os poderes e faculdades atinentes a garantir a adequada cognição judicial.

---

<sup>24</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Constituição e Processo: desafios constitucionais da reforma do processo civil no Brasil. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iii-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-a-consolidacao-das-instituicoes/poder-judiciario-e-acesso-a-justica-constituicao-e-processo-desafios-constitucionais-da-reforma-do-processo-civil-no-brasil>

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Araken de. Efeito devolutivo da apelação. In: Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 3, n. 13, p. 141-160, set./out. 2001.

\_\_\_\_\_. Manual dos Recursos, Editora Revista dos Tribunais. 4ª edição, pág 251.

BATISTA DA SILVA, Ovídio. Curso de Processo Civil. 6ª ed. V. I. São Paulo: RT, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Nova era do processo civil. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

NERY JUNIOR, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira et alii. Curso de Direito Constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, t. 6.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao código de processo civil. 12ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades do processo e da sentença. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

## **APENSO**

Acórdão 646.285 – Proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no julgamento da Apelação Cível 20120110236610APC.